



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 4358/2013

PROCESSO Nº 0000398-92.2012.4.05.8101

ORIGEM: JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ

PROCURADOR OFICIANTE: RÔMULO MOREIRA CONRADO

RELATOR: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL. NOVA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NOS MESMOS ARGUMENTOS DA PROMOÇÃO ANTERIOR, NÃO ACOLHIDA PELA MAGISTRADA E POR ESTA 2ª CCR. O PROCURADOR DA REPÚBLICA DESIGNADO DEVE ATUAR NOS TERMOS DA DECISÃO DESTE COLEGIADO. RETORNO DOS AUTOS AO PROCURADOR DA REPÚBLICA DESIGNADO PARA APURAÇÃO DO CRIME DE PREVARICAÇÃO.

1. Trata-se de procedimento instaurado para apurar suposto crime de desobediência praticado por titular de Ofício de Notas e Registros, que teria deixado de cumprir ordem judicial para transcrever a sentença no Registro Imobiliário de imóvel expropriado pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, sem o pagamento de emolumentos.

2. O Procurador da República originário promoveu o arquivamento do feito com fundamento na ausência de dolo da investigada, uma vez que o Decreto-Lei que fundamenta a decisão judicial é alvo de uma ADPF, ainda pendente de julgamento.

3. A magistrada discordou do arquivamento por entender que restou caracterizado o crime de prevaricação, concordando que não houve configuração do crime de desobediência.

4. Esta 2ª CCR concordou com a magistrada e determinou a designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal quanto ao crime de prevaricação.

5. O Procurador da República designado promoveu novo arquivamento do feito sob os mesmos fundamentos já invocados pelo Procurador originário.

6. O Juízo, entendendo não ser possível o pedido de arquivamento, remeteu os autos a este Colegiado.

7. O Procurador da República designado para prosseguir com a persecução penal em razão de deliberação tomada por esta 2ª CCR não está agindo em nome próprio, mas sim por determinação do Colegiado, devendo atuar nos seus termos.

8. Portanto, o Procurador da República designado para apurar o crime de prevaricação não pode deixar de fazê-lo, como no presente caso.

9. Retorno dos autos ao Procurador da República designado, para apuração do crime de prevaricação.

Trata-se de procedimento instaurado para apurar suposto crime de desobediência praticado por titular de Ofício de Notas e Registros, que teria deixado de cumprir ordem judicial para transcrever a sentença no Registro

Imobiliário de imóvel expropriado pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, sem o pagamento de emolumentos.

O Procurador da República originário promoveu o arquivamento do feito com fundamento na ausência de dolo da investigada, uma vez que o Decreto-Lei que fundamenta a decisão judicial é alvo de uma ADPF, ainda pendente de julgamento. (fls. 03/05)

A magistrada discordou do arquivamento por entender que restou caracterizado o crime de prevaricação, concordando que não houve configuração do crime de desobediência. (fls. 143/149)

Esta 2ª CCR concordou com a magistrada e determinou a designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal quanto ao crime de prevaricação. (fls. 156/157)

O Procurador da República designado promoveu novo arquivamento do feito sob os mesmos fundamentos já invocados pelo Procurador originário. (fls. 167/170)

O Juízo, entendendo não ser possível o pedido de arquivamento, remeteu os autos a este Colegiado.

É o relatório.

Inicialmente cabe ressaltar que o feito foi arquivado quanto ao crime de desobediência, devendo o Membro do MPF designado prosseguir na persecução penal somente em relação ao crime de prevaricação.

No entanto, o Procurador da República designado promoveu novo arquivamento em relação ao crime de desobediência, que já se encontrava arquivado, não realizando qualquer diligência para apurar o crime de prevaricação, o qual foi o objeto de sua designação.

Leciona Alexandre de Moraes que o princípio da independência funcional significa que os Membros do Ministério Público, no cumprimento dos seus deveres funcionais, submetem-se unicamente aos limites determinados pela Constituição, pelas leis e pela sua própria consciência¹.

Justamente em atenção ao princípio da independência funcional é que, ao deliberar em sentido diverso da manifestação ministerial, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão determina a designação de outro Membro do Ministério Público Federal para officiar no procedimento, por delegação, e não em nome próprio.

O Procurador da República designado para prosseguir com a persecução penal em razão de deliberação tomada por esta 2ª CCR não está agindo em nome próprio, mas, sim, por determinação do Colegiado, devendo atuar nos exatos termos desta decisão.

Portanto, o Procurador da República designado para apurar o crime de prevaricação não pode deixar de fazê-lo, como ocorreu no presente caso.

Desse modo, voto pelo retorno dos autos ao Procurador da República designado, para prosseguir na persecução penal do crime de prevaricação.

Encaminhem-se os autos ao Procurador da República designado, para apuração do crime de prevaricação, cientificando-se ao juízo de origem.

Brasília/DF, 30 de maio de 2013.

Oswaldo José Barbosa Silva
Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR/MPF

AC

¹ Direito Constitucional. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 503.